

A PESQUISA NA FORMAÇÃO DOCENTE E AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS: UMA ANÁLISE DOS TCCS DO CURSO DE PEDAGOGIA DO CAMPUS XII DE GUANAMBI

Stefanny Martins Lopes de Araújo
Universidade do Estado da Bahia

Dinalva de Jesus Santana Macêdo
Universidade do Estado da Bahia
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Resumo: Este ensaio é fruto de uma pesquisa realizada, como bolsista de Iniciação Científica, desenvolvida no período de 01 de agosto de 2019 às 31 de julho de 2020. Assim sendo, tem como objetivo analisar em que medida a temática da diversidade étnico-racial é objeto de estudo nos trabalhos de Conclusão do Curso (TCCs) de Pedagogia do Departamento de Educação do Campus XII de Guanambi da Universidade do Estado da Bahia, tendo em vista compreender as implicações desses estudos para a formação docente. Com isso, foram pesquisados os trabalhos produzidos a partir de 2003, em particular os que discutem a temática étnico-racial na Educação Básica. Este recorte temporal leva em consideração, a Lei 10.639/03 que tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira no ensino fundamental e médio das escolas públicas e particulares do país. Os resultados evidenciam que o processo de pesquisa e de elaboração dos Trabalhos de Conclusão do Curso (TCCs) colaboraram com a formação pessoal e profissional dos(as) discentes, produzindo uma consciência crítica sobre o racismo presente no contexto escolar. Portanto, a pesquisa buscou produzir conhecimentos acerca da temática em discussão, com o intuito de contribuir com a educação das relações étnico-raciais no âmbito da educação básica, como também reconhecer a importância da pesquisa para a formação docente.

Palavras-chave: Étnico-raciais. Pedagogia. TCC.

Introdução

As discussões que tratam da educação para as relações étnico-raciais têm alcançado um volume crescente nos cursos das licenciaturas ligados às ciências sociais, graças a criação da Lei. 10.639/03 e, mais especificamente, com a Lei 11.645/08, que ratificou os preceitos da lei anterior, tornando obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos da educação básica das escolas públicas e particulares do país. Nesse sentido, os cursos de licenciatura em Pedagogia representam espaços importantes de conhecimentos e experiências que ajudam na formação docente para a educação básica.

O intuito deste estudo é apresentarmos um recorte do relatório de um subprojeto do Programa Institucional de Iniciação Científica (IC), coordenado pela Profa. Dra. Dinalva de Jesus Santana Macêdo de 01 de agosto de 2019 às 31 de julho de 2020. A pesquisa é

baseada em fontes bibliográficas e documentais de natureza qualitativa. A ideia central do estudo consiste em analisar em que medida a temática da diversidade étnico-racial é objeto de estudo nos trabalhos de Conclusão do Curso (TCCs) de Pedagogia do Departamento de Educação do Campus XII de Guanambi da Universidade do Estado da Bahia, tendo em vista compreender as implicações desses estudos para a formação docente.

Assim sendo, foram pesquisados os trabalhos produzidos a partir de 2003, em particular os que discutem a temática étnico-racial na Educação Básica. A Universidade do Estado da Bahia, campus XII oferece o curso de Licenciatura em Pedagogia que tem como objetivo, segundo a Resolução nº 1, de 15 de maio de 2006, a formação inicial para a docência na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental e áreas onde são necessários procedimentos pedagógicos (BRASIL, 2006, p. 1).

Entre as várias possibilidades, optamos por analisar os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) dos discentes, nossa intenção é dialogar com seus autores/as (estudantes e respectivos/as professores/as orientadores/as), para compreender como se deu o processo formativo que motivou a escolha do tema e a composição desses trabalhos.

Acerca disso, Nogueira (2016, p. 23) comenta que os TCCs,

[...] expressam suas vivências e experiências, no que se refere aos processos formativos que ocorrem durante a graduação. As temáticas e abordagens escolhidas para a elaboração de um Trabalho de Conclusão de Curso revelam questionamentos, inquietações, posicionamentos políticos, opções filosóficas e pedagógicas arquitetadas ao longo do curso.

Para localizar estes TCCs, inicialmente, fizemos um levantamento de quantos e quais trabalhos foram produzidos nas licenciaturas da UNEB sobre a história e cultura da África e dos afrodescendentes para, entre eles, selecionar aqueles que realizaram pesquisas relacionadas a temática. Para tanto, foi necessário realizar no Acervo de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) da UNEB campus XII, localizado no Sistema de Biblioteca Profª Dilma Gumes Fernandes Santos, um levantamento dessas produções, a partir dos descritores: negro, ensino superior e educação étnico-racial.

No entanto, é necessário justificar que o levantamento dos TCCs se encontra incompleto, pois alguns Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) antigos e outros mais recentes ainda não estão catalogados no Sistema de Biblioteca da UNEB campus XII.

Compreendendo a lei 10.639/03

As lutas dos movimentos negros foram de suma importância para as mudanças das políticas educacionais e a melhoria da educação. Como uma de suas conquistas, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sanciona a lei n. 10.639, em 09 de janeiro de 2003, que propôs novas diretrizes curriculares para o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares da Rede de Ensino, alterando a lei n. 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação (GOMES, 2011). O que implicou grandes mudanças no que diz respeito ao fazer pedagógico e educacional nas escolas. Para Comar e Ruaro (2010) essas leis são instrumentos políticos que não se materializam apenas ao combate de práticas discriminatórias, pois, além de ressaltarem a importância da valorização das culturas brasileiras, apontam para a construção de sujeitos de direitos.

Todavia, a aprovação de leis e a junção do fato de serem obrigatórias, não significa necessariamente o seu cumprimento, ou seja, não configura na sua total efetivação. Uma vez que as instituições escolares têm enfrentado problemas de formação, estrutura e funcionamento, e tais desafios acabam dificultando a implementação desse processo. Ademais, no que tange as questões étnico-raciais, a história e cultura afro-brasileira e africana no Brasil sempre foram trabalhadas nas aulas de História, principalmente as temáticas da escravidão negra, sofrimento, fome e trabalho braçal.

Nesse sentido, a formação de professores tem sido um dos maiores obstáculos enfrentados para se fazer valer as leis nas escolas. Trabalhar com as relações étnico-racial, indígena e quilombola requer a desconstrução de inúmeros conceitos historicamente adquiridos nos âmbitos sociais. Dessa forma, torna-se evidente que muitas vezes a dificuldade dos docentes no exercício de ações sobre a pluralidade de culturas, se traduz em uma ausência ou presença parcial das temáticas nos currículos dos seus cursos de formação (CARDOSO e CASTRO, 2015).

Em meio a esse terreno desafiador da inserção da história e da cultura afro-brasileira e indígena nos currículos da educação básica e superior, objetivando entender como o trabalho com a educação étnico-racial está se desenvolvendo nas Licenciaturas, quais os limites e as possibilidades na contribuição para a formação de professores e para a abordagem das questões raciais no contexto educacional, analisaremos adiante os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) de Pedagogia, por acreditar que eles permitirão a apreensão de como a temática foi trabalhada durante a graduação.

Formação docente: o que é mais recorrente nas pesquisas?

No decorrer do levantamento dos TCCs, observamos a presença de alguns conceitos que permeiam o campo da educação para as relações étnico-raciais, dentre eles: a efetivação da Lei nº 10.639/03 no contexto escolar; a formação continuada de professores; o livro didático e as políticas de ação afirmativa para ingresso e permanência de alunos negros no ensino superior. Procuramos orientar nossa pesquisa visando entender como esses se apresentam nas narrativas dos discentes e docentes.

A pesquisa intitulada **“Diversidade Cultural No Contexto Escolar: Questões Étnico-Raciais”**, realizada por Andréia Pereira da Silva Braga, Jussara Costa Rodrigues de Azevedo e Poliana Rodrigues Alves, de 2009, aborda a discriminação e preconceito étnico-racial presentes na sociedade brasileira. Ao analisar como as escolas, em particular os/as professores/as, acabam em grande parte reproduzindo os processos discriminatórios.

É incontestável dizer que o ambiente escolar ainda é um espaço privilegiado. Haja vista que, os indivíduos da população pobre e negra é excluída por viver num meio social desfavorecido, na qual o direito a educação muitas vezes é negligenciado. De modo semelhante, persiste um descaso na escola para com o reconhecimento das muitas identidades e pelas diferentes culturas dos vários segmentos que historicamente unificaram a formação do nosso país.

A escola não leva em conta o saber diferenciado que o aluno pode trazer da vivência no seio de sua família, aprendido com seus pais e avós ou no seu meio social de origem. Assim, ela desconhece a origem étnica dos alunos e a formação cultural de sua clientela. Mas ainda, a hegemonia desse modelo exclusivo tem conseqüências que se estendem por todo o sistema educacional (MOURA, 2005, p. 79).

Nesse sentido, a pesquisa de nome **“Lei 10.639/03: contribuições para a efetivação de um currículo multicultural”**, realizada por Josefina Maysa Ferreira de Almeida, Mágila Gleisa Neves Fernandes e Maria Alice de Almeida Souza, de 2010, aponta o modo como as orientações e determinações da Lei 10.639/03 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana podem contribuir com a construção de um currículo multicultural.

Considerando que a busca por um currículo multicultural, constitui uma manifestação que coloca a prova a capacidade da educação para acolher a diversidade, propor uma discussão epistemológica sobre “currículo multiculturalista” é fundamental no bojo da reprodução ideológica dominante que o currículo concentra.



A cultura escolar não poderá, em seus conteúdos e práticas, levar em consideração e fazer com que os membros de uma minoria cultural se sintam acolhidos, se toda a cultura escolar não trata adequadamente o problema mais geral do currículo multicultural; e não se poderá chegar a esse se não se discute a questão da diversidade em geral (SACRISTÁN, 1999, p. 82).

Ao final da pesquisa, as autoras destacaram que a luta pela conquista e consolidação de um país mais humano e com oportunidades de igualdades ao diverso, será construída por toda a sociedade, sendo que a escola pode fazer a sua parte, por meio de uma educação multicultural crítica.

A produção **“Desafios enfrentados na implantação da lei 10.639/03 numa escola, de ensino fundamental, da rede municipal de Guanambi: um estudo de caso”**, foi realizada por Gercina Guedes Leite, Lucimar de Oliveira Fernandes e Maria Edna da Silva Teixeira, no ano de 2011. A pesquisa teve o objetivo de analisar os principais desafios enfrentados na implantação da Lei 10.639/03 numa escola, de ensino fundamental, da rede municipal de Guanambi, mesmo após os oito anos de sua vigência, que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

As autoras constatam através da análise de dados, mais precisamente por meio da aplicação do questionário, que os/as professores/as demonstraram ter conhecimento sobre a lei 10.639/03 e a importância desta no combate ao preconceito e a discriminação racial presente em nosso meio. No entanto, ressaltam ainda a necessidade de um conhecimento mais aprofundado e de cursos de formação continuada para a implementação no contexto escolar. Dado que, é na escola onde se encontra uma diversidade de culturas e também onde ocorrem diversas situações envolvendo o preconceito e várias manifestações discriminatórias.

Foi constatado também, alguns momentos de discriminação entre alunos/as, o/a professor/a intervém como se não houvesse diferenças, age a partir de um discurso da igualdade entre as crianças.

Quando uma criança negra é desrespeitada em sala de aula e o professor finge que não vê, fica claro para a criança negra que ela não pode fazer nada para reverter essa situação e para a criança branca que a desrespeitou que ela pode continuar com essa atitude que nada irá acontecer com ela (CAVALLEIRO, 2001, p. 146).

Tendo como ponto referencial esta visão, as atitudes preconceituosas entre as crianças não podem passar despercebidas pelo/a professor/a. Elas devem ser transformadas

pelo/a educador/a para serem analisadas e questionadas em sala de aula, a fim de que juntos/as se construam valores como o respeito, um sentimento indispensável, em qualquer relação.

A pesquisa de Eulidiane Oliveira Xavier, Fabiana Marta Neves Lopes e Sirlene Oliveira Costa Carmo, de 2011, intitulada: **“Relações raciais nas práticas curriculares: o caso de uma escola municipal de educação infantil de Guanambi”**, investigou como a escola, através das propostas e práticas curriculares, trabalha a diversidade étnico racial.

Segundo Macêdo (2008), o currículo é construído de forma preconceituosa, não traz os negros e afrodescendentes como construtores da história de nosso país. Ademais, o currículo não pode continuar sendo um mero transmissor da cultura do branqueamento. Ele deve contemplar e valorizar todos os grupos étnicos da nossa história.

As autoras concluíram que depois de oito anos de vigência da Lei, ocorreram tímidas transformações. Observaram a presença de muito discurso e pouca prática. Foram constatadas muitas lacunas, resultando em dificuldades no atendimento do que está proposto na Lei, fato que pode mascarar a realidade. Isso foi evidenciado durante a pesquisa, ao notar que mesmo constando no Projeto Pedagógico da escola, contudo, no currículo em ação, os conteúdos não são trabalhados efetivamente.

A produção que recebe o título de **“Currículo e Identidade na Educação Infantil: um olhar reflexivo sobre as questões etnicorraciais”**, escrito por Adeilma Queiroz da Mota, Kelly Cristina Pereira de Souza e Roselane Queiroz da Mota, no ano de 2012, trata-se de uma análise documental da proposta curricular sobre a educação das relações étnico raciais na Educação Infantil, no intuito de desconstruir a visão estigmatizada sobre o negro, com vistas à construção positiva da identidade e da autoestima das crianças negras.

Verifica-se, então, a importância do processo de socialização para o desenvolvimento infantil. Afinal a construção da identidade anda em um caminho de mão dupla com a cultura. Assim, como um sistema de significação a cultura produz sentidos que permeiam todas as relações sociais e por isso molda identidades e subjetividades.

É o meio sociocultural que nos dá a base para a nossa inserção no mundo. Ele é o lugar das nossas tradições, dos costumes, dos valores, das crenças que, na maioria das vezes, se chocam com os valores da escola. É nesse meio que o/a aluno/a negro/a desenvolve o complexo processo de construção das identidades sociais. E a racial é uma delas (GOMES, 2001, p. 91).

Os resultados demonstraram que as questões étnico raciais na Educação Infantil ainda são trabalhadas de forma incipiente e negligente, reproduzindo um currículo



predominantemente monocultural. Essa negligência compromete a construção de uma sociedade pautada no princípio da democracia e do convívio que respeita as diferenças. Visto que as crianças negras são fadadas ao preconceito, ao racismo, à discriminação e conseqüentemente à exclusão dentro e fora da escola por um currículo, que ainda não valoriza as vozes e os saberes dos negros.

A produção de nome **“Educação das relações étnicorraciais nas políticas públicas do governo federal a partir da lei 10.639/2003: algumas reflexões”**, produzido por Danniela Mendes Santos, Valquiria da Conceição Oliveira Reis e Vilma Batista de Jesus, em 2012, buscou realizar algumas reflexões sobre as principais políticas públicas implementadas pelo governo federal no período de 2003 a 2012, as quais tiveram como objetivo contemplar as alterações definidas pela Lei 10.639/03 no sistema educativo.

Os resultados demonstraram que existem várias iniciativas e projetos que visam atender o que determina a Lei 10.639/03. Apesar disso, a supervalorização do branco em detrimento dos negros e índios dificulta a permanência de muitos estudantes na escola e na universidade. Afinal, ainda são poucos aqueles que têm acesso aos cursos superiores com elevado prestígio sociais. Os que conseguiram entrar nesses cursos tiveram que romper muitas barreiras, principalmente à do preconceito racial. Mesmo passando no vestibular, muitos deles não conseguem ter acesso aos diversos espaços da universidade.

A produção de Alexandra Batista de Jesus e Ana Paula Dias de Queiroz, em 2014, denominada **“Currículo e Educação: contribuições da lei 10.639/2003 para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na escola da comunidade quilombola de Vargem Alta, município Palmas de Monte Alto/BA”**. A pesquisa tem como objetivo analisar como o ensino de História e Cultura Afro-brasileira está sendo efetivado na Escola da de uma determinada Comunidade Quilombola, a partir da Lei 10.639/03 e verificar se o currículo contempla as atribuições da Lei.

Com base nas reflexões feitas no decorrer do trabalho, os quilombos foram tratados como o lugar em que os negros refugiados se escondiam dos donos de fazendas para se livrarem da escravidão. No entanto, esses lugares representam mais que um esconderijo, representam a luta, persistência e a conquista de direitos por pessoas, grupos que por muito tempo estiveram à mercê da sociedade (LEITE, 2000).

Atualmente, os quilombos não são mais mencionados nas discussões como refúgio. Segundo Leite (2000, p. 335):

O quilombo, então, na atualidade, significa para esta parcela da sociedade brasileira, sobretudo um direito a ser reconhecido e não propriamente e apenas um passado a ser rememorado. Inaugura uma espécie de demanda, ou nova pauta na política nacional: afro-descendentes, partidos políticos, cientistas e militantes são chamados a definir o que vem a ser o quilombo e quem são os quilombolas.

Além dessas discussões é importante mencionar que em se tratando de educação para as comunidades quilombolas, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação escolar quilombola de nº 8, de 20 de novembro de 2012, preconizam que o currículo escolar deve atender as especificidades dessas comunidades, de maneira a contemplar os aspectos socioculturais, o que requer pedagogia própria, respeito à especificidade étnico-racial e cultural de cada comunidade quilombola, bem como a formação específica de seu quadro docente, materiais didáticos e paradidáticos específicos.

Ainda a respeito do currículo, sabe-se que sofremos grande influência europeia, tanto no âmbito teórico quanto prático, pelo fato das escolas adotarem o modelo educacional dos países que nos colonizaram. A instituição escolar é um dos espaços sociais que mais está presente à diversidade étnico-racial e cultural. No entanto, é importante mencionar que, mesmo diante de leis que tratam da obrigatoriedade de trabalhar com os aspectos étnico-raciais no ambiente escolar, vemos com frequência estas questões serem enfatizadas no contexto da sala de aula de maneira pontual, apenas em datas comemorativas ou na disciplina de história de maneira estereotipadas e superficiais.

A esse respeito Macêdo (2013, p. 3) aponta que:

É urgente romper com esse ‘currículo turístico’, que inclui essas temáticas apenas em datas comemorativas, bem como se faz necessário que os poderes públicos de ensino invistam em regime de colaboração na formação inicial e continuada de professores para a Educação das Relações Étnico-Raciais.

De acordo com os resultados, foi possível identificar que a realidade da instituição está longe das proposições das leis, visto que existe uma enorme distância entre as políticas curriculares e as práticas educativas. No que se refere ao currículo e os processos de ensino-aprendizagem, percebe-se que estes documentos não estão dando conta e nem incorporando de forma sistemática as discussões acerca da história e cultura afro-brasileira e africana.

A pesquisa realizada por Alessandra Santos Vasconcelos e Maria José Santana Neves, de nome “**A Construção de Práticas Educativas Interculturais: desafios e perspectivas**”, no ano de 2017, buscou caracterizar as diferentes concepções de

multiculturalismo e interculturalidade, apontando os desafios e as implicações da interculturalidade crítica nas práticas educativas, no currículo e formação docente.

As perspectivas multiculturais assumem tanto uma visão mais liberal, quanto uma visão mais crítica. Na visão liberal a pluralidade cultural é valorizada, porém acaba sendo reduzida a uma visão folclorizada, como em datas comemorativas e festejos típicos, já em uma visão mais crítica, a perspectiva intercultural questiona a hierarquia cultural, os preconceitos e discriminação social.

Ao discorrer sobre o multiculturalismo, Ramon Flecha (1996) destaca diferentes concepções:

Multiculturalismo é visto como o reconhecimento de que um mesmo território existe diferentes culturas. Interculturalismo é uma maneira de intervenção diante dessa realidade, que tende a colocar a ênfase na relação entre culturas. Pluriculturalismo é outra maneira de intervenção que dá ênfase à manutenção da identidade de cada cultura. FLECHA (1996, p. 24) apud FLEURI (2003, p. 27).

A partir dos movimentos multiculturais, a sociedade e as instituições de ensino são convocadas a romperem com a visão monocultural de mundo. Temas como identidade, cultura e diferenças, passam a aflorar nos meios sociais e educativos. Espar (2014), acredita que um currículo intercultural deve está baseado no diálogo e no reconhecimento de ser diferente, para potencializar as diferentes culturas, garantindo as suas autonomias. Questões de raça, diversidade, conhecimento e poder, são resultados da crescente globalização que a escola está sendo chamada a enfrentar.

A pesquisa de nome **“Crianças candomblecistas: seus posicionamentos e vivências em escolas da cidade de Guanambi-BA”**, escrita por Edison Vieira da Silva, em 2017, objetivou investigar como as crianças candomblecistas vivem no espaço escolar e como as instituições de ensino, atendem ou não, as demandas desses sujeitos por meio da Lei 10.639/03.

É pertinente ressaltar que, o candomblé no Brasil é resultante das misturas inter-étnicas que ocorreram nessa terra, o que culminou com a reestruturação da religiosidade desses povos, que passaram a funcionar como mecanismos de resistência. Verger (1999, p. 228), nos relata que “as cerimônias africanas que levam este nome são de diversas origens tendo sido trazidas pelos escravos de diferentes regiões da África”.

Ainda que se trate de uma tradição oriunda de nossos antepassados, o Candomblé e suas diretrizes filosóficas é praticamente desconhecido das pessoas. Atribui-se a isso a

demonização do candomblé realizada, principalmente, pelas religiões de matriz cristã, desde a colonização.

Para Lima,

o candomblé continua ainda a ser visto, como uma religião perigosa, capaz de fazer o mal às pessoas. Temem-se, assim, as oferendas das encruzilhadas ao Orixá Exu, principalmente nos programas veiculados pelas emissoras de rádio e televisão, sobretudo aquelas controladas pela Igreja Universal do Reino de Deus, que empenham-se na diabolização das religiões afro-brasileiras, entretanto utiliza-se de todo complexo mágico das religiões afro-brasileiras, como banhos de descarrego, terapias do amor, banho de flores, etc (LIMA, 2005, p. 198).

Ainda por meio da pesquisa, foi possível perceber que há uma tendência, na instituição de ensino em apontar a criança candomblecista como um problema. Nesse sentido, o verdadeiro problema é o preconceito, a intolerância religiosa e o racismo institucional imposto a essas crianças, sujeitos de direitos, que são obrigados/as a se invisibilizarem na escola para não serem perseguidas. A postura confessional cristã das instituições de ensino não permite que a fé nos orixás seja vista como uma religião, e como tal, merecedora de respeito. Mas, utiliza o poder institucional da escola para criar ações com o objetivo de converter esses sujeitos ao cristianismo.

Quanto às pesquisas que visam à formação continuada, destaca-se a pesquisa feita por Ângela Maria Neves Cotrim, Cristina de Castro Cotrim Silva e Vilma Carvalho Da Silva Santos, intitulada “**A formação de professores e a educação das relações étnorraciais: desafios e possibilidades a partir da vigência da lei 10.639/03**”, em 2012. O foco do trabalho voltou-se para a discussão sobre os principais desafios encontrados na formação de professores, tendo em vista à construção de uma educação antirracista.

A pesquisa destaca os avanços que a educação brasileira vem conquistando nas décadas mais recentes, notadamente aqueles que visam à inclusão dos grupos marginalizados culturalmente. No entanto, ressalta que, esses avanços verificados nas Leis ainda carecem de revisão principalmente no que diz respeito à formação de professores/as e à reformulação do currículo.

A prática docente e a formação inicial e continuada de professores e, por conseguinte, o currículo exige revisão de modo a adequarem-se às demandas legais e à satisfação da orientação pela inclusão tônica da política educacional brasileira dos últimos anos (ROCHA, 2008, p. 57).

Ademais, a partir das análises feitas em relação à formação de professores, pode-se concluir que o modelo de formação docente vigente em nosso país, ainda não contempla os

conteúdos preconizados pela legislação. Dessa forma, o ambiente escolar como espaço de construção e socialização de conhecimento, continua não abordando os conteúdos referentes a cultura afro-brasileira, africana e indígena, e quando aborda é de forma folclorizada.

A pesquisa acrescenta também a ausência de oportunidade para os professores fazerem cursos de qualificação voltados para a questão das relações étnico-raciais. Afinal, por esse motivo eles deixam a desejar quando têm que lidar com situações do cotidiano escolar. Muitas vezes, isso ocorre por falta de preparo ou por preconceitos introjetados.

Tal formação torna-se desafio para a educação brasileira, isso porque os/as docentes foram formados/as para entender o legado africano como saberes do mal, saberes de culturas atrasadas e pré-lógicas, repercutindo nos currículos escolares com uma carga preconceituosa que gera as discriminações (SANTANA, 2006, p. 39).

É importante que a escola, em seus projetos de qualificação profissional, proporcione aos seus funcionários/as cursos de qualificação no que tange às relações interpessoais quanto às diversidades encontradas no âmbito escolar, afinal todos/as são responsáveis por esta luta conta o racismo, e à favor de políticas públicas de formação teórica sólida para o contexto escolar.

De acordo Munanga (2005), as leis que existem no mundo, não são capazes de erradicar as atitudes preconceituosas que há na mente das pessoas, porém a educação pode viabilizar tanto aos jovens quanto aos adultos a possibilidade de questionar e de desconstruir os mitos de superioridade e de inferioridade entre os grupos humanos. Essa mudança transformará os/as professores/as, em verdadeiros/as educadores/as, capazes de contribuir no processo de construção de individualidades históricas e culturais das populações que formam a matriz plural do povo e da sociedade brasileira.

A produção “**A abordagem do negro no livro didático de história no primeiro segmento do ensino fundamental**”, escrita por Ana Julita Andrade Sousa Santos, Claudete Queiroz Amaral e Leila Cotia de Assunção, no ano de 2011. Buscou analisar como os negros são tratados nos livros didáticos de história das coleções “Asas para Voar” e “Projeto Pitanguá” do primeiro ciclo do ensino fundamental, que são adotados nas escolas municipais de Guanambi-BA, especificamente no tocante às imagens veiculadas, o discurso, a história e cultura dessa população.

A pesquisa demonstrou que os livros didáticos de história analisados tratam os negros quase que exclusivamente ora nos textos, ora nas ilustrações, como subalternos. Em condições depreciativas, exercendo profissões de menor prestígio social, e suas aparências

são associadas à animalidade, com sub-representações, naturalizando a condição superior do branco em decorrência da inferioridade do negro, visto como sujo, mal vestido e, em um quantitativo muito inferior ao dos brancos.

Logo, a visão de história e cultura propagada tende a prevalecer um conjunto de valores de um único grupo em detrimento de outros. Neste sentido, certamente esses livros precisam de uma reformulação para se adequar a uma nova proposta de ensino que ajude na promoção de uma educação antirracista.

Não obstante, uma outra produção que trata da temática é a pesquisa de Jamille Pereira Pimentel, também em 2011, de nome **“Narrativas passadas e presentes sobre o negro, no livro didático, no Brasil: mitos a desvendar”** que objetivou sintetizar o modo como os livros didáticos abordam a história e cultura africana e afro-brasileira, após oito anos de vigência da Lei 10.639/2003.

Esta produção constata que a partir da década de 1990, as pesquisas demonstraram que mudanças tênues, embora significativas vêm ocorrendo nos textos didáticos. Essas mudanças são visíveis à medida que, de um mercado elitista, o livro passou para uma indústria estruturada, com forte apoio pedagógico e atendendo às massas. Assim, percebemos que as editoras, autores e ilustradores estão buscando reformular os livros para atender às novas políticas do governo.

Todavia, todas essas exigências e adequações demonstram algumas dificuldades, pois atualmente ainda existem, em muitos materiais pedagógicos, manifestações racistas e preconceituosas que colaboram significativamente para a invisibilidade histórica dos negros. E isso produz consequências negativas, pois “a invisibilidade e a reduzida representação do negro no livro didático constrói a ilusão da não-existência e a condição de minoria ao segmento negro, mesmo nas regiões onde ele se constitui maioria” (SILVA, 2005, p. 23).

Igualmente, no ano de 2013, a produção de nome **“A abordagem do afrodescendente no livro didático após a lei 10.639/03”**, feita por Elisvânia Guimarães de Oliveira, sintetizou que o livro didático é um instrumento de fundamental importância, pois, além de ser um recurso pedagógico no processo de ensino aprendizagem, é também um recurso cultural que insere o estudante em determinado contexto histórico e político. Diante disto, é preciso que todos os envolvidos da área de Educação se organizem para refletir acerca da escolha dos livros/coleções a serem adotados, pois esse recurso pedagógico precisa atender as especificidades dos alunos.

Uma outra produção que colabora com o estudo da temática, recebeu o nome de **“Identidade étnico-racial em, ‘era uma vez...’ Influência da literatura infantil para a construção da identidade afro-brasileira das crianças negras de uma escola quilombola no Sudoeste Baiano”**, realizada por Jeane Castro Martins, Poliana Couto dos Santos e Stele de Sousa Prates, no ano de 2014.

A pesquisa objetivou analisar a influência da Literatura Infantil na construção ou desconstrução da identidade étnico-racial das crianças no contexto da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I da escola quilombola em questão.

Vale ressaltar, que na Educação Infantil as crianças têm acesso aos livros onde a leitura é feita por meio de imagens. Para a criança negra esse primeiro contato com a literatura infantil pode ser acarretado de problemas para a construção da sua identidade, ao deparar-se com as figuras negras apresentadas nas “tais” histórias infantis, uma vez que, os livros ilustram a imagem do negro de uma forma estereotipada.

Sobre a imagem do negro em contos infantis, Santos (2005), explicita que as histórias definem quem é bom, quem é mau, quem é bonito, quem é feio, quem é pobre, quem é rico, quem dá ordem e quem é comandado, sempre relacionado o bem com o bonito, rico e poderoso. Nesses contos os negros sempre são colocados nos papéis de menos prestígio social.

No que diz respeito às pesquisas referentes às políticas de ações afirmativas para ingresso e permanência de alunos negros no ensino superior, foi encontrada a produção **“Políticas de ação afirmativa: O sistema de cotas para negros nas universidades públicas”**, escrita por Daiany Nogueira de Araújo, Rejane Alves Nogueira e Valdeli Da Silva Pereira, em 2009. O estudo investigou o ingresso dos estudantes negros nas universidades públicas brasileiras através das cotas. Fazendo uma abordagem das políticas de ações afirmativas para a inclusão social dos negros, diagnosticando a possibilidade por meio da adoção do sistema de cotas de promover também a democratização do ensino superior.

O cenário das discussões sobre as políticas de Ações Afirmativas e do Sistema de cotas, buscam atender o segmento negro, reparando as perdas sofridas durante séculos. O que vem sendo dimensionado aponta para o ingresso desses estudantes no ensino superior na modalidade de vestibular com reserva de vagas. Ou seja, essa iniciativa vem cumprir o disposto em lei que garante e dá direitos aos negros e afrodescendentes inclusive de concorrerem a uma vaga na universidade com uma maior chance, em detrimento do número

extensivo de concorrentes brancos, oriundos de escolas particulares e privilegiados pelo status.

Daí percebemos que, além da criança negra desde cedo está sujeita aos mecanismos de discriminação presentes no interior da escola, a desigualdade de oportunidades compromete a carreira e o sucesso dela até o ensino superior. Os mais beneficiados desse tipo de trajetória escolar são, em geral, aqueles estudantes das escolas privadas, frequentemente dotados das condições mais propícias a sua permanência, e que estão muito distantes das expectativas das crianças e dos jovens negros. Esses estudantes brancos mostram ter, desde cedo, um destino muito bem definido: o ensino superior. Eles acreditam que chegar à universidade é como se fosse um fato inevitável, revelando o seu destino escolar (BOURDIEU, 1998).

Conquanto, os dados apontam um avanço significativo no processo de democratização do ensino superior, que tem o sistema de cotas como um importante instrumento capaz de promover os estudantes negros. Percebemos com isso, que os negros aos poucos vêm ocupando novas instâncias, aguçando os olhares e ascendendo socialmente, em detrimento de um passado inerte a que se viam presos.

Outrossim, cumpre salientar que, no ano de 2014, as graduandas Marta Cléia Gomes Souza Santana e Núbia Miranda da Silva, também contribuíram com a produção, **“O sistema de cotas na Universidade do Estado da Bahia: um recorte histórico sobre o perfil, permanência e contribuições aos estudantes”**, objetivou compreender a organização do sistema de cotas para afrodescendentes nesta instituição e as contribuições para os alunos que ingressaram por esse sistema na referida Universidade.

Pode-se observar com a construção desse trabalho que a maioria dos alunos do Curso de Pedagogia/UNEB/Guanambi/Bahia ingressantes por meio do sistema de cotas, são negros, oriundos de escolas públicas, que vivem com renda mínima de um salário mínimo, sendo esses uns dos indicadores que os ajudaram no ingresso à Universidade.

Em outros achados dessa pesquisa, constata-se que os/as alunos/as do curso de Pedagogia, reconhecem que o curso foi muito importante para vida deles, e que os conhecimentos desenvolvidos na universidade são utilizados no meio social em geral.

Sendo assim, chegamos à conclusão que tanto o sistema de cotas nas universidades como as Lei nº. 10.639/03 e 11.645/08, surgiram como algo para reverter o racismo histórico contra determinadas classes étnico/raciais. São em especial, propostas para

atenuação de desigualdades que mantêm, em condições díspares, o segmento negro na sociedade em geral.

Conclusões

Como o objetivo de pesquisar em que medida a temática da diversidade étnico-racial é objeto de estudo nos trabalhos de conclusão do curso de Pedagogia, da UNEB - Campus XII, tendo em vista, compreender as implicações desses estudos para a formação docente, foi possível analisar algumas produções científicas, e conseqüentemente retirar do esquecimento as produções geradas pelas narrativas de autoras dissidentes e professores/as orientadores/as da universidade em questão.

Ao tecer suas narrativas tendo como pano de fundo a Lei nº 10.639/03 e 11.645/08 que tornam obrigatório o ensino de história e cultura afro brasileira e indígena em todas as instituições de ensino, tanto na rede pública, quanto na rede privada, percebemos algumas similaridades nos processos formativos das discentes universitários e mesmo dos docentes orientadores. Suas pesquisas propiciaram reflexões necessárias no que tange o papel da universidade, por meio das pesquisas desenvolvidas ainda em período de formação inicial, para problematizar e construir criticidade em relação à temática étnico-racial.

A importância do exercício constante de diálogo com o conhecimento já acumulado sobre o tema de nossa pesquisa nos levou a buscar compreender o que estava sendo produzido na UNEB. Recorremos, para isto, à Biblioteca Digital da universidade, o que nos permitiu observar como a crescente preocupação em pesquisar a história e cultura afro-brasileira e indígena e a educação para as relações étnico-raciais se faz presente em nível local.

Por fim, reiteramos que investir na formação docente e em pesquisas para a educação das relações étnico-raciais é de extrema necessidade e urgência. Entendemos que profissionais multiculturalmente orientados poderão tornar o currículo, um espaço de luta, um campo que valorize a participação de grupos historicamente oprimidos e colocados à margem. Promovendo assim, uma valorização das identidades negras e indígenas, partindo de uma desconstrução crítica do perverso mito da democracia racial.

Referências

BOURDIEU, Pierre. O capital social. In: NOGUEIRA, Maria A. e CATANI, Afrânio (orgs). **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.



BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº. 01**, de 15 de maio de 2006. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura, 2006.

CARDOSO, Ivanilda Amado; CASTRO, Rosane Michelli de. A ausência/presença das relações étnico-raciais nos currículos dos cursos de pedagogia: o caso da Unesp/Marília. **Práxis Educacional**. Vitória da Conquista, v. 11, n. 18, jan./abr. 2015. p. 91-115.

CAVALLEIRO, Eliane. Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: CAVALLEIRO, Eliane. (Ed.). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando a escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001. p. 141-60.

COMAR, Sueli Ribeiro; RUARO, Juliana Cristina. As leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08: os limites e as perspectivas de uma legislação. II Simposio Nacional da Educação, XXI Semana de Pedagogia. **Infância Sociedade e Educação**, Cascavel, 13 a 15 de Outubro de 2010.

ESPAR. Vitória Teresa da Hora. **Processo de estadualização da educação escolar indígena e desafios para um currículo intercultural**. 2014, 150 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-graduação em Educação. Recife, CE. 2014.

FLEURI, R. M. (org.). **Educação intercultural: mediações necessárias**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GOMES, Nilma Lino. Educação, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade. In: CAVALLEIRO, Eliane (org.). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira. **RBPAAE** – v.27, n.1, p. 109-121, jan./abr. 2011.

LEITE, Ilka Boaventura. **Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas**. NUER/UFSC/CNPq/Fundação Ford (1998-2000). Etnográfica, Vol. IV (2), 2000, pp. 333-354.

LIMA, Fábio Batista. **Candomblés da Bahia: Tradições e Novas Tradições**. 20 ed. Salvador: Universidade do Estado da Bahia. 2005.

MACÊDO, Dinalva de Jesus Santana. **O Currículo Escolar e a construção da Identidade Étnico-Racial da Criança e do Adolescente Quilombola**: um olhar reflexivo sobre a auto-estima. 2008, 144 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia. Faculdade de Educação. Programa de Pós Graduação em Educação e Contemporaneidade. Salvador, BA. 2008.

MACÊDO, Dinalva de Jesus Santana. **Guanambi**: reflexões e práticas acerca da Lei 10639/03 nas escolas. Comunicação apresentada no VII Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade, realizada no período de 19 a 21 de setembro de 2013. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão (SE).

MOURA, Glória. O direito à diferença. In: MUNANGA Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. (org.). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, Brasília, 2005, p. 69 – 82.

MUNANGA, Kabenguele. **Superando o Racismo na escola**. (org.). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

NOGUEIRA, Rafaela Rodrigues. **A pesquisa na formação docente e a temática étnico-racial**: uma análise dos TCCS do Curso de Pedagogia da FACIP/UFU. Minas Gerais, 2016. 243 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2016.

ROCHA, Helena do Socorro Campos da. A Experiência com a Lei N°10.639/03 CEFET-PA: Formação Inicial e Continuada. IN: COELHO, Wilma de Nazaré Baía, Mauro Cezar (Org.). **Raça, cor e diferença**: a escola e a diversidade. Belo Horizonte: Mazza, 2008.

SACRISTÁN, J. Gimeno. Currículo e diversidade cultural. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; MOREIRA, Antonio Flávio (Orgs.). **Territórios contestados**: o currículo e os novos mapas políticos e culturais. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 82 – 113.

SANTANA, Marise de. O legado ancestral africano na diáspora e a formação: o legado e a formação docente. In: **Currículo, relações raciais e cultura afro-brasileira**. Secretaria de Educação a Distância, Ministério da Educação, Salto Para o Futuro, Boletim 20 de outubro de 2006, p. 38-49.

SANTOS, Kelly Cristina Pessanha, **Personagens Negros na obra de Monteiro Lobato**. TCC. Unicamp, 2005.



SILVA, Ana Célia da. A desconstrução da discriminação no livro didático. In: KABENGELE, Munanga (org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e diversidade. 2005, p. 21-38.

VERGER, Pierre. **Notícias da Bahia - 1850**. 2. ed. Salvador – BA: Corrupio Edições e Promoções Culturais LTDA. 1999.

Trabalhos de Conclusão de Curso:

ALMEIDA, Josefina Maysa Ferreira de Almeida; FERNANDES, Mágila Gleisa Neves; SOUZA, Maria Alice de Almeida. **Lei 10.639/03: contribuições para a efetivação de um currículo multicultural**. Guanambi, 2010. (Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia).

ARAÚJO, Daiany Nogueira de; NOGUEIRA, Rejane Alves; PEREIRA, Valdeli da Silva. **Políticas de ação afirmativa: o sistema de cotas para negros nas universidades públicas**. Guanambi, 2009. (Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia).

BRAGA, Andréia Pereira da Silva; AZEVEDO, Jussara Costa Rodrigues de; ALVES, Poliana Rodrigues. **Diversidade cultural no contexto escolar: questões étnico-raciais**. Guanambi, 2009. (Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia).

COTRIM, Ângela Maria Neves; SILVA, Cristina de Castro Cotrim; SANTOS, Vilma Carvalho da Silva. **Formação de professores e educação das relações étnorraciais: desafios e possibilidade a partir da vigência da Lei 10639/2003**. Guanambi, 2012. (Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia).

JESUS, Alexandra Batista de; QUEIROZ, Ana Paula Dias de. **Currículo e educação: contribuições da Lei 10.639/2003 para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na escola da comunidade quilombola de Vargem Alta, município Palmas de Monte Alto – BA**. Guanambi, 2014. (Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia).

LEITE, Gercina Guedes; FERNANDES, Lucimar de Oliveira; TEIXEIRA, Maria Edna da Silva. **Desafios enfrentados na implantação da lei 10.639/03 numa escola, de ensino fundamental, da rede municipal de Guanambi: um estudo de caso**. Guanambi, 2011. (Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia).

MARTINS, Jeane Castro; SANTOS, Poliana Couto dos; PRATES, Stele de Sousa. **Identidade étnico-racial em “era uma vez...” Influência da literatura infantil para a construção da identidade afro-brasileira das crianças negras de uma escola quilombola no Sudoeste Baiano**. Guanambi, 2014. (Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia).



MOTA, Adeilma Queiroz da; SOUZA, Kelly Cristina Pereira de; MOTA, Roselane Queiroz da. **Currículo e identidade na educação infantil: Um olhar reflexivo sobre as questões etnicorraciais.** Guanambi, 2012. (Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia).

OLIVEIRA, Elisvânia Guimaraes de. **A abordagem do afrodescendente no livro didático após a lei 10.639/03.** Guanambi, 2013. (Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia).

PIMENTEL, Jamille Pereira. **Narrativas passadas e presentes sobre o negro, no livro didático, no Brasil: mitos a desvendar.** Guanambi, 2011. (Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia).

SANTANA, Marta Cléia Gomes Souza; SILVA, Núbia Miranda da. **O sistema de cotas na universidade do estado da Bahia: um recorte histórico sobre o perfil, permanência e contribuições aos estudantes.** Guanambi, 2014. (Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia).

SANTOS, Ana Julita Andrade Sousa; AMARAL, Claudete Queiroz; ASSUNÇÃO, Leila Cotia de. **A abordagem do negro no livro didático de história no primeiro segmento do ensino fundamental.** Guanambi, 2011. (Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia).

SANTOS, Danniela Mendes; REIS, Valquiria da Conceição Oliveira; JESUS, Vilma Batista. **Educação das relações étnicorraciais nas políticas públicas do governo federal a partir da lei 10.639/2003: algumas reflexões.** Guanambi, 2012. (Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia).

SILVA, Edison Vieira Da. **Crianças candomblecistas: seus posicionamentos e vivências em escolas da cidade de Guanambi-BA.** Guanambi, 2017. (Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia).

VASCONCELOS, Alessandra Santos; NEVES, Maria José Santana. **A Construção de Práticas Educativas Interculturais: desafios e perspectivas.** Guanambi, 2017. (Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia).

XAVIER, Eulidiane Oliveira; LOPES, Fabiana Marta Neves; CARMO, Sirlene Oliveira Costa. **Relações raciais nas práticas curriculares: o caso de uma Escola Municipal de Educação Infantil de Guanambi.** Guanambi, 2011. (Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia).

SOBRE AS AUTORAS:

Stefanny Martins Lopes de Araújo

Estudante do 6º Semestre de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia, Campus XII de Guanambi, bolsista voluntária de Iniciação Científica. Integrante do Grupo de Estudos Educação e Relações Étnico-Raciais: saberes e práticas afro-brasileiras e quilombolas do Território de Identidade do Sertão Produtivo, vinculado à linha Currículo, diversidade e formação docente do Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão Educacional Paulo Freire (NEPE). E-mail: stefannyaraujo7@gmail.com

Dinalva de Jesus Santana Macêdo

Doutora em Educação e Contemporaneidade. Professora adjunta da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – PPGED-UESB. Coordenadora do Grupo de Estudos Educação e Relações Étnico-Raciais: saberes e práticas afro-brasileiras e quilombolas do Território de Identidade do Sertão Produtivo, vinculado à linha Currículo, diversidade e formação docente do Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão Educacional Paulo Freire (NEPE) da Universidade do Estado da Bahia – UNEB/Campus XII de Guanambi Ba, Brasil. E-mail: dinalvamacedo@hotmail.com